

## PERCURSOS HISTÓRICOS E DESIGUALDADES GEOGRÁFICAS NOS CURSOS SUPERIORES BRASILEIROS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE ARTES VISUAIS

Anna Rita Ferreira de Araújo – UFG

### Resumo

O presente artigo visa expor e analisar, mediante fatores históricos, os dados do Ministério da Educação do Brasil (MEC) referentes aos cursos de formação de professores em Artes Visuais (Licenciaturas em Artes Visuais, Plásticas e/ou Educação Artística), na modalidade presencial, em vigor no território brasileiro no ano de 2008, oferecidos em instituições de ensino superior públicas e privadas. O levantamento foi realizado junto aos bancos de dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) a partir do sítio da Secretaria de Educação Superior (SESu) do Ministério da Educação. Os dados revelam desigualdades na distribuição dos cursos pelo território nacional e os dois movimentos expansionistas na década de 1970 e nos últimos dez anos.

Palavras-chave: ensino de arte; formação docente; licenciatura em artes visuais.

### Abstract

*The present article aims to expose and analyse, through historical facts, data from Ministério da Educação do Brasil (MEC) from the courses of formation in Visual Arts Teachers in public and particular universities in 2008. The data was collected from the files of the Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) through the site of the Secretaria de Educação Superior (SESu) do Ministério da Educação. The results reveal a asymmetry in the distribution of the courses in Brazil and two expansionist movements in the 70's and in the last 10 years.*

*Keywords : arts teaching; docent formation; visual arts teachers formation.*

A formação superior de professores no Brasil é muito recente se comparada a outros países da América Latina. Tem seu marco na década de 1930, durante o Governo provisório de Getúlio Vargas, com a “Reforma Francisco Campos”. Em se tratando da formação superior de licenciados em Artes temos uma história bem mais recente. O presente artigo buscará expor e analisar, pelo viés histórico, os dados do Ministério da Educação do Brasil (MEC) referentes aos cursos de formação de professores em Artes Visuais (Plásticas e Educação Artística), em funcionamento no país. A leitura dos dados revelaram desigualdades na distribuição dos cursos pelo território nacional e os dois movimentos expansionistas, o primeiro ocorrido na década de 1970 e o mais recente, nos últimos dez anos.

Neste estudo, não analisaremos os currículos nem os cursos na modalidade a distância. Focaremos nos dados levantados, até agora, relativos às nomenclaturas, distribuição pelo território nacional, instituições públicas e privadas, dos cursos na modalidade presencial. Nos dados coletados no

sistema do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), a partir do sítio da Secretaria de Educação Superior (SESu) do Ministério da Educação, alguns ajustes precisaram ser realizados. Por exemplo, alguns cursos que constam nos números totais do MEC, são cursos em fase de extinção ou que ainda não iniciaram, como o caso da Universidade Salgado Filho que tem cursos registrados em Goiás e Bahia, mas que ainda não iniciaram. Estes casos foram desconsiderados na relação de cursos.

Dos 126 cursos de formação de professores de artes plásticas ou visuais existentes no ano de 2008, 39 foram criados no período compreendido entre 1970 e 1979. Os cursos eram denominados Educação Artística, de licenciatura curta e/ou plena com habilitação em Artes Plásticas. Destes, 18 estão em instituições públicas e 21 em instituições privadas. Na Região Norte, como podemos observar no quadro n.01. Alguns desses cursos vinham de cursos técnicos e artísticos criados nas legislações anteriores:

QUADRO 01

REGIÕES	1970/1979	
	PÚBLICA	PRIVADA
NORTE	1	-
NORDESTE	4	2
CENTRO-OESTE	1	-
SUDESTE	5	16
SUL	7	3
<b>TOTAL</b>	<b>18</b>	<b>21</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>39</b>	

Fonte: INEP/SESu/MEC

Como podemos observar, enquanto os cursos públicos estavam representados em todas as regiões do país e em Universidades, mesmo que de maneira desigual, os cursos em instituições privadas se concentravam na região sudeste, mais especificamente em São Paulo (14 cursos) e em Faculdades isoladas. Estes dados nos revelam muito sobre as políticas educacionais do período, bem como a lógica da iniciativa privada que se expandia aceleradamente. Com foco diferenciado em relação às instituições privadas confessionais criadas entre os anos 1940 e 1960,

As novas instituições privadas, surgidas na década de setenta, passariam a organizar as suas atividades acadêmicas objetivando de forma prioritária a obtenção do lucro e a acumulação do capital. Na ausência de uma ideologia educacional própria, que justificasse a sua existência no campo pedagógico, estas instituições, captando com aguçado oportunismo político a ideologia do 'desenvolvimento e

segurança', forjada pelo autoritarismo da época, se autoproclamariam como instituições voltadas para a 'formação de recursos humanos', buscando atender sem hesitação as demandas profissionais e intelectuais esboçadas pelo regime político vigente. (MARTINS, 1988, p.39)

A concentração de oferta de cursos de formação de professores nas regiões mais desenvolvidas economicamente e urbanizadas revela a preocupação do setor privado educacional com as leis de mercado e não com questões do papel social da educação. Entre 1960 e 1970, “explode” o número de matrículas no ensino superior (crescimento de 360%). O Estado (regime militar) expande a rede federal superior, que até 1964 contava com 20 Universidades pelo território nacional, para mais 14 até 1979. Neste mesmo período, as privadas chegam 2/3 das instituições de ensino superior e com presença maciça no Sul e Sudeste. Tem-se “uma fase nova de integração mas com especialização geográfica de produção material e imaterial” (Santos, 2000, p.29). Não podemos justificar, no caso paulista, o grande número de cursos de Educação Artística apenas pelo desenvolvimento educacional, artístico e cultural de seus centros urbanos. Boa parte das novas instituições superiores, autorizadas pelo Estado brasileiro, concentradas na região sul e sudeste, eram instituições privadas de ensino médio. Estas mudaram para o nível superior de formação, se mantendo, inclusive, nos mesmos prédios, a fim de visarem à crescente demanda de professores para as escolas públicas primárias e secundárias, uma vez que estas redes foram, significativamente, ampliadas pelo Governo. Já, para o Estado dar condições legais de funcionamento para as instituições privadas, inclusive com subsídios, se mostrava uma ótima estratégia de ampliação da rede de ensino superior, atendendo aos anseios das classes médias urbanas, sem os altos custos de investimentos necessários.

Além da questão econômica, para o regime autoritário da época, o favorecimento de Faculdades isoladas e focadas na formação profissional era bastante interessante para as estratégias de despolitização da classe docente e estudantil, que no modelo universitário encontravam mais oportunidades de organização e discussão política. Assim também, dentro das Universidades, o desprestígio das áreas de humanidades em relação aos investimentos públicos, estrategicamente direcionados para as ciências aplicadas, era

verificado. Entranhado em todo este contexto, não podemos deixar de citar os acordos do Governo Brasileiro com as agências internacionais, inclusive com a contratação de assessoria. E, para a educação, o mais decisivo deles, os acordos MEC-USAID (*United States Agency for International Development*), firmados a partir de 1965, foram os orquestradores de toda a re-estruturação da educação brasileira, em nome de uma política de desenvolvimento, nos três níveis (Básico, Médio e Superior).

No caso da formação de professores de Artes, esses acordos resultaram na precariedade de recursos humanos e financeiros destinados aos cursos e em políticas educacionais voltadas para uma formação tecnicista e reducionista da concepção de docência. Geraram cursos que podemos chamar, sem peso na consciência, mas com pesar, de “vagos”. Cursos, em sua grande maioria superficiais e genéricos, desarticulados epistemologicamente e centrados nas técnicas artísticas com finalidade para o uso escolar em atividades para crianças e jovens.

As licenciaturas curtas e polivalentes foram ter o seu fim na década de 80, a partir de intensas discussões das sociedades científicas, entre elas a SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) que, preocupadas com as licenciaturas nas áreas de física, química, matemática e biologia, iniciaram uma grande discussão e pressionaram o MEC a rever esta situação. Nas Artes, o estado de São Paulo já contava com um grande número de professores licenciados, o que favoreceu Encontros da área com expressiva participação e o início da organização política da classe em associações. Estas, articuladas nacionalmente na FAEB (Federação dos Arte-Educadores do Brasil), desenvolveram ações políticas em defesa do ensino de Artes e de sua valorização.

No campo acadêmico a Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo teve um papel relevante de multiplicadora e formadora de professores e pesquisadores de arte. Oriundos de outras universidades do país, vários professores vinham a São Paulo para se pós-graduarem e retornavam aos seus estados de origem levando as novas perspectivas e concepções para o ensino de Artes. Apesar da efervescência, em especial paulista, do movimento da Arte-Educação o sistema de ensino

superior brasileiro vivenciava um período de quase estagnação, no tocante à expansão das redes e matrículas, o que na década de 1990 começaram a aumentar novamente. Dos cursos existentes atualmente e que foram criados entre os anos de 1980 e 1999, temos 12 cursos de Educação Artística com habilitação em Artes Plásticas nas instituições públicas e 08 cursos nas privadas até o ano de 1996, antes da Lei 9.394/96.

Inicialmente, no projeto do prof. Darci Ribeiro para a nova Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional, a obrigatoriedade da Educação Artística de 5ª à 8ª iria ser retirada do texto e seu ensino passaria a ser complementar. A justificativa seria desobrigar a escola de trabalhar uma disciplina que se mostrava frágil e precária, diante da necessidade de ampliar a carga-horária de Língua Portuguesa e Matemática para melhorar a qualidade destas matérias na formação das crianças e jovens. Aventada esta possibilidade, as associações regionais de Arte-Educação realizaram inúmeras ações de repúdio à retirada da Educação Artística dos currículos escolares. Representações foram feitas junto ao MEC. Por fim, o texto da Lei 9.394/96, não só manteve a obrigatoriedade como ampliou-a para todas as séries do ensino fundamental. Artigo 26, parágrafo 2º, “O ensino da arte constituirá componente curricular obrigatório, nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos.”

Podemos considerar, do ponto de vista legal, uma importante conquista, mas existem as brechas na lei que permitem o cumprimento parcial bem como não há uma legislação que regule a profissão do licenciado em artes e a sua atuação nos espaços educacionais. São vários os casos de profissionais e licenciados de outras áreas que ministram aulas de artes.

Outra importante mudança, fruto de conquista da classe, foi a substituição do termo “Educação Artística” por “Ensino de Arte”. Mais que uma nomenclatura, a referência “Ensino de Arte”, conceitualmente rejeita a formação polivalente e sinaliza para a formação nas linguagens artísticas específicas – artes visuais, música, dança e teatro. Com a nova lei, vários cursos de Educação Artística estão, nestes últimos 10 anos, separando as linguagens e reformulando os cursos e currículos. Assim, surgem as Licenciaturas em Artes Visuais, como também as de Música, Teatro e Dança.

Esta tem sido a moldura legal atual. Mas ainda é possível verificar uma variação enorme de nomenclaturas, cargas-horárias, regimes e currículos nos cursos pelo país.

No quadro 02, apresentamos os cursos atuais que se encontram registrados pelo MEC. Alguns destes, iniciados no primeiro semestre de 2008.

QUADRO 02

	INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	INSTITUIÇÕES PRIVADAS	TOTAL
REGIÃO NORTE	5	2	7
REGIÃO NORDESTE	6	2	8
REGIÃO CENTRO-OESTE	3	6	9
REGIÃO SUDESTE	14	52	66
REGIÃO SUL	12	24	36
<b>TOTAL</b>	<b>40</b>	<b>86</b>	<b>126</b>

Fonte: INEP/SESu/MEC

Do total de 126 cursos em funcionamento, 102 cursos se concentram na região Sul e Sudeste e apenas 24 nas demais regiões do país. Esta desigualdade confirma os estudos sobre a expansão do setor privado, aqui citados. Expõem a escassez de cursos de licenciatura em Artes Visuais no país e revela a carência total de cursos de formação de professores no centro-norte-nordeste. São dados alarmantes se os compararmos com os números do Censo 2000, sobre o número de pessoas que frequentavam as escolas de ensino fundamental e o alunado de graduação no País.

QUADRO 03

Pessoas que freqüentavam escola, por nível de ensino, segundo a rede de ensino – CENSO 2000

REGIÃO	FUNDAMENTAL			GRADUAÇÃO		
	PRIVADA	PÚBLICA	TOTAL	PRIVADA	PÚBLICA	TOTAL
NORTE	217589	2871242	3088831	55295	67741	123036
NORDESTE	1198265	10284333	11482598	212192	261610	473802
CENTRO-OESTE	286788	2079025	2365813	168331	86303	254634
SUDESTE	1595369	10914696	12510065	1143837	289973	1433810
SUL	414035	4024689	4438724	431384	147380	578764
<b>TOTAL</b>	<b>3712046</b>	<b>30173985</b>	<b>33886031</b>	<b>2011039</b>	<b>853007</b>	<b>2864046</b>

Fonte: IBGE

No quadro 03, verificamos o número elevado do alunado na região Sudeste e que não corresponde proporcionalmente à diferença do quadro 02. Verifica-se pela relação entre o quadro 02 e 03 a carência dos cursos de formação de professores de Artes Visuais no país, principalmente no centro-norte-nordeste. No Nordeste são 08 cursos que vêm formando professores

para mais de onze milhões alunos, que pela Lei deveriam ter aulas de artes. Resta-nos saber se as escolas cumprem efetivamente a carga-horária destinada às artes. A certeza, comprovada pelo que é verificado no cotidiano escolar e nos números das Secretarias de Educação, é que não são apenas os professores licenciados em artes que ministram essas aulas.

As Artes Visuais têm uma posição privilegiada se a compararmos com as demais linguagens (música, dança e artes cênicas), que formam muito menos professores que vão para as escolas fundamentais. Um estudo de Pena (2000) mostra que, nos últimos dez anos, na Universidade Federal da Paraíba se formaram 253 alunos em artes plásticas, 124 em artes cênicas e 50 em música. O mesmo estudo revela que na rede pública de ensino fundamental da região metropolitana de João Pessoa (Paraíba), atuavam 102 professores com habilitação em artes visuais, 29 em artes cênicas e apenas 04 em música.

Uma vez que não estamos lidando dados de correspondência direta, nos quadros 02 e 03, o que propomos é um olhar livre, panorâmico e exploratório, mas que pode revelar fortes indícios de nossa realidade. Não temos no Brasil muitos dados disponíveis sobre ensino de Arte. Muito ainda há que ser pesquisado.

Se olharmos mais detalhadamente os dados de distribuição dos cursos, na região Sul e Sudeste, veremos também uma série de desigualdades. O estado de São Paulo se diferencia totalmente dos outros estados da Federação, possui o maior número de cursos. São 48 cursos que correspondem a 37,2% do total existente no país. Deste total, 42 são em instituições privadas e apenas 06 em instituições públicas. É a maior oferta privada, correspondendo praticamente a 50% do total brasileiro. Ao passo que o Espírito Santo tem apenas 01 curso, que é público, oferecido pela Universidade Federal do Espírito Santo. Enquanto Minas Gerais tem mais cursos públicos que privados, no Rio e São Paulo predomina a oferta privada. Já na região Sul, há uma melhor distribuição entre os estados, como se pode observar no quadro 04.

### QUADRO 04

REGIÃO SUDESTE				REGIÃO SUL			
ESTADOS	INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	INSTITUIÇÕES PRIVADAS	TOTAL	ESTADOS	INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	INSTITUIÇÕES PRIVADAS	TOTAL
Espírito Santo	1	0	1	Paraná	4	4	8
Minas Gerais	5	2	7	Rio Grande do Sul	5	8	13
Rio de Janeiro	2	8	10	Santa Catarina	3	12	15
São Paulo	6	42	48	<b>TOTAL</b>	<b>12</b>	<b>24</b>	<b>36</b>
<b>TOTAL</b>	<b>14</b>	<b>52</b>	<b>66</b>				

Fonte: INEP/SESu/MEC

Em seguida, apresentamos os números detalhados das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

### QUADRO 05

CENTRO-OESTE	INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	INSTITUIÇÕES PRIVADAS	TOTAL
Distrito Federal	1	2	3
Goiás	1	0	1
Mato Grosso	0	1	1
Mato Grosso do Sul	1	3	4
<b>TOTAL</b>	<b>3</b>	<b>6</b>	<b>9</b>
NORDESTE	INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	INSTITUIÇÕES PRIVADAS	TOTAL
Alagoas	0	1	1
Bahia	0	1	1
Ceará	1	0	1
Paraíba	1	0	1
Pernambuco	1	0	1
Piauí	1	0	1
Rio Grande do Norte	1	0	1
Sergipe	1	0	1
<b>TOTAL</b>	<b>6</b>	<b>2</b>	<b>8</b>
NORTE	INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	INSTITUIÇÕES PRIVADAS	TOTAL
Acre	0	1	1
Amazonas	1	0	1
Amapá	1	0	1
Maranhão	1	0	1
Pará	1	1	2
Rondônia	0	0	0
Roraima	1	0	1
Tocantins	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>5</b>	<b>2</b>	<b>7</b>

Fonte: INEP/SESu/MEC

Nestes podemos observar a predominância da rede pública, sendo que os cursos, à exceção do Ceará, estão nas Universidades Federais. Os estados de Rondônia e Tocantins, até o presente momento, segundo o INEP, não possuem cursos de formação de professores de Artes (Visuais ou Plásticas). As iniciativas privadas aparecem em maior número no Centro-Oeste, sendo que são cursos criados a partir da década de 80.

Pelos dados, fica visível o desinteresse do setor privado nestas regiões, em relação aos cursos de artes. A oferta que há está concentrada nas áreas

administração, turismo, moda, direito, pedagogia, saúde e nos cursos tecnológicos de curta duração. A formação de professores especialistas praticamente só existe nas instituições públicas e em número reduzido. O Governo Federal, que nunca evidenciou um real interesse pela formação de professores, está em uma encruzilhada e está buscando resolver a carência de professores especialistas, pelo ensino à distância. Se atualmente podemos dizer que há uma política do Governo Federal para a formação de professores, esta se baseia na educação a distância. O que vem gerando duras críticas da área educacional, que desconfia da qualidade de cursos não-presenciais para a formação inicial de professores.

O quadro 06 apresenta os cursos atuais que ainda utilizam a nomenclatura Educação Artística e os nomeados como Licenciatura em Artes Visuais ou Plásticas. Os estados do Sul e Sudeste, com a concentração maior de cursos, estão em separado para melhor visualização. Como a legislação não possui uma regulamentação específica para as Licenciaturas em Artes Visuais, os cursos estão livres para optarem por Artes, Artes Visuais, Artes Plásticas e/ou Educação Artística. Pelos dados, observamos que há um equilíbrio entre as nomenclaturas Educação Artística e Licenciatura em Artes, mas as Regiões Centro-Oeste e Sul são as que mais estão se adequando ao novo nome (Licenciatura em Artes Visuais ou Plásticas). Santa Catarina é o estado mais atualizado, com 14 dos seus 15 cursos usando a nova nomenclatura.

QUADRO 6

REGIÕES	Educação Artística – Hab. Artes Plásticas – Lic. Plena			Cursos de Lic. Plena em Artes (Visuais ou Plásticas)			TOTAL GERAL
	INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	INSTITUIÇÕES PRIVADAS	TOTAL	INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	INSTITUIÇÕES PRIVADAS	TOTAL	
NORTE	3	0	3	3	1	4	7
NORDESTE	2	2	4	4	0	4	8
CENTRO-OESTE	0	2	2	3	4	7	9
SUDESTE	3	28	31	11	25	36	67
SUL	2	5	7	10	19	29	36
<b>TOTAL</b>	<b>10</b>	<b>37</b>	<b>47</b>	<b>31</b>	<b>49</b>	<b>80</b>	<b>127</b>
<b>ESTADOS DO SUDESTE</b>							
Espírito Santo	0	0	0	1	0	1	1
Minas Gerais	0	2	2	5	0	5	7
Rio de Janeiro	1	4	5	1	4	5	10
São Paulo	2	20	22	4	22	26	48
<b>TOTAL</b>	<b>3</b>	<b>26</b>	<b>29</b>	<b>11</b>	<b>26</b>	<b>37</b>	<b>66</b>
<b>ESTADOS DO SUL</b>							
Paraná	2	0	2	2	4	6	8
Rio Grande do Sul	0	4	4	5	4	9	13
Santa Catarina	0	1	1	3	11	14	15
<b>TOTAL</b>	<b>2</b>	<b>5</b>	<b>7</b>	<b>10</b>	<b>19</b>	<b>29</b>	<b>36</b>

Fonte: INEP/SESu/MEC

Apesar da ampla maioria dos cursos criados após a Lei n.9.394/96 ter optado pela nomenclatura Licenciatura em Artes Visuais, no estado de São Paulo há 06 cursos que foram criados com o nome Educação Artística após 1996. Como ainda vamos fazer o levantamento dos currículos, não podemos afirmar, mas há a suposição de que alguns cursos criados nesta última década, como também muitos entre os mais antigos, ainda seguem uma orientação polivalente. Esta é uma questão que vem gerando polêmica e entraves. Alguns concursos públicos (prefeituras e estados) não colocam em seus editais as novas licenciaturas por área, como também realizam provas polivalentes.

Em todos os números apresentados até aqui, o que nos chama mais atenção é a distribuição desigual da oferta de cursos. Dos 44 cursos do estado de São Paulo, só a capital paulista conta hoje com 13 cursos, sendo 11 em instituições privadas e 02 cursos em instituições públicas. É uma oferta altíssima e que teve sua explosão nesta última década, como podemos observar no quadro de criação dos cursos.

#### QUADRO 07

Criação dos cursos de Licenciatura (Artes Plásticas e Visuais)

REGIÕES	1970/1979		1980/1989		1990/1999		2000/2009		TOTAL
	PÚBLICA	PRIVADA	PÚBLICA	PRIVADA	PÚBLICA	PRIVADA	PÚBLICA	PRIVADA	
NORTE	1	-	2	-	-	-	2	2	7
NORDESTE	4	2	-	-	1	-	1	-	8
CENTRO-OESTE	1	-	1	3	-	-	1	3	9
SUDESTE	5	16	5	2	2	5	2	29	66
SUL	7	3	-	1	1	5	4	15	36
TOTAL	18	21	8	6	4	10	10	49	126
TOTAL GERAL	39		14		14		59		

Fonte: INEP/SESu/MEC

É muito interessante observarmos o que os números nos apresentam. A primeira expansão, com a criação dos cursos de Educação Artística na década de 70, com a Lei 5.692/71, seguido de um severo declínio nas décadas de 80 e 90 até a promulgação da Lei 9.394/96, que retoma a curva ascendente, com uma elevação fortemente acentuada do setor privado. São dois os principais pontos a serem analisados neste fenômeno e que estão interligados. De um lado, tem-se os dois grandes movimentos de expansão da rede superior de ensino, em especial da privada, ocorridos após a Reforma de 1968 e durante os Governos Fernando Henrique Cardoso e Lula, já no final dos anos 90 do século XX e início do século XXI.

São estes dois períodos marcados pela forte relação do Governo com os organismos e agências internacionais, realizando a transferência dos recursos públicos para o setor privado da educação. Segundo Siqueira (2004), nas últimas décadas, os interesses econômicos e comerciais vêm dominando as políticas públicas para a educação. Esta situação se evidencia nos relatórios e nas ações do Banco Mundial que desde 1960 atua na área educacional. Da visão deste período “de educação como formadora de mão-de-obra especializada necessária ao processo de desenvolvimento” se desdobra em discursos do final do século XX e início do XXI de “alívio da pobreza no mundo”, somando-se aos da “coesão social”, da “sociedade do conhecimento” e da “eficiência de gestão do Estado”. Na prática, segundo a autora, estes discursos só favoreceram e ainda favorecem os setores privados nacionais e, em especial, os internacionais ligados à educação, uma vez que predomina a idéia de educação como uma importante e estratégica área de serviços e comércio, para o desenvolvimento e competitividade das nações.

Mas no caso da formação de professores de Artes Visuais, não são somente estes os fatores que determinam o crescimento no número de cursos. Um outro ponto relevante para analisarmos e que reflete o quadro é a mudança paradigmática do ensino e aprendizagem em arte, ocorrida nas últimas décadas. O declínio dos números, nos anos da década de 80, revela a perda de identidade dos cursos de formação de professores de Arte promovida pela criação e implantação dos modelos formativos (MEC/USAID), na década de 70. A arte passa a ser obrigatória na lei escolar, mas na vida social, escolar e cultural esta passa a ser controlada, cerceada e modelada.

Com a abertura política e o reaprendizado do convívio político, social e cultural, nos anos 80/90, mediado por conhecimentos forjados nas pesquisas, houve uma re-significação do sentido da arte para a Educação. Este movimento possibilitou a criação de uma nova identidade para o ensino de arte, a chamada Arte-educação, o qual realizou uma grande proeza em convencer a Educação de que esta não pode mais existir sem a Arte. Este processo abriu um campo profissional vastíssimo para os professores de arte, dentro e fora das escolas nos espaços culturais e sociais. Os centros culturais mais desenvolvidos se tornaram o foco da criação das licenciaturas em artes. Desta

reflexão, podemos compreender então o “boom” dos cursos em São Paulo, uma vez que ali foi o epicentro desse fenômeno.

O setor privado, como hábil leitor das realidades e tendências, não poderia deixar passar este filão. Mas fica uma dúvida sobre a qualidade dos cursos de formação de professores. Será que vamos repetir a velha história? Pois as considerações apresentadas neste estudo nos dão motivos suficientes para pesarmos negativamente a qualidade dos cursos de formação docente em artes surgidos na década de 1970. Mais grave ainda era (e ainda é) o descompromisso com a qualidade de ensino e a pesquisa em grande parte das instituições privadas. É claro que os dias são outros, mas é preciso compreender que os problemas perduraram pelas décadas seguintes e, em sua maioria, ainda não foram superados. Mesmo com o fim das licenciaturas curtas polivalentes nos anos 80, o crescimento das pesquisas em Ensino de Artes e a Lei 9.394/96, os reflexos deste início complexo e descompassado da formação de professores de nossa área, ainda estão fortemente presentes nas salas de aulas de artes em todo o território nacional.

Segundo Santos (2000, p.31), a irradiação do meio técnico-científico-institucional, em especial no sul-sudeste e em pontos do território nacional “é a cara geográfica da globalização”. Por um lado, aumenta-se a integração, mas também, por outro, acentuam-se as graves diferenças e distorções nos âmbitos sociais, econômicos, produtivos, educacionais e culturais. Os números apresentados por este estudo, que revelam a desigualdade na distribuição territorial dos cursos de formação de professores de artes, nos alertam para o longo caminho a ser percorrido e ocupado.

#### **Referências Bibliográficas:**

BRASIL. CENSO 2000. Disponível em : <http://www.ibge.com.br>

BRASIL. INEP. Disponível em: <http://www.educacaosuperior.inep.gov.br/curso.stm>

CANAU, V. M. F. (coord.). O caminho percorrido: dos primeiros cursos de nível superior de formação de professores à situação atual. In: **Novos rumos da licenciatura**. Brasília: INEP, Rio de Janeiro: PUCRJ, 1987.

MARTINS, Carlos Benedito. O novo ensino superior privado no Brasil (1964-1980). In: MARTINS, C.B. (org). **Ensino superior brasileiro: transformações e perspectivas**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

PENNA, M. Professores de música nas escolas públicas de ensino fundamental e médio: uma ausência significativa. In: **Revista da ABEM**. n. 7. Porto Alegre: ABEM, 2002.

SAMPAIO, Heloisa. **Ensino superior brasileiro: o setor privado**. São Paulo: FAPESP, 2000.

SANTOS, M. E SILVEIRA, M.L. **Ensino superior público e particular e o território brasileiro**. Brasília: AMBES, 2000.

SCEA. **Arte e Cultura da América Latina**. Sociedade Científica de Estudos da Arte. V. 18 (2º sem. 2007). São Paulo: Terceira Margem, 2007.

SIQUEIRA, Angela C. de. Organismos internacionais, gastos sociais e reforma universitária do Governo Lula. In: **Reforma Universitária do Governo Lula: reflexões para o debate**. São Paulo: Ed. Xamã, 2004.

#### Currículo Resumido

Ms. Anna Rita Ferreira de Araújo – Doutoranda do programa de Pós-graduação em Artes Visuais, na linha de pesquisa em Fundamentos do Ensino e Aprendizagem da Arte, da ECA/USP. Mestre em Artes, pela ECA/USP. Especialização em Artes Plásticas pela Universidade Federal de Goiás. Professora de Arte e Educação da Faculdade de Educação – UFG. Editora de Projetos Pedagógicos da Revista Art&.